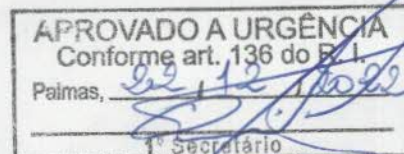


URGENTE



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO



783

PROJETO DE LEI Nº 783, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022.
A Publicação e posteriormente a Comissão de Constituição, Justiça e Redação.
Em 22/12/2022
1º Secretário

DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022.

Fixa os subsídios dos membros da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins e dá outras providências.

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS
DECRETA:**

Art. 1º O subsídio mensal dos membros da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, referido no inciso VII do art. 19 da Constituição Estadual, são fixados nos seguintes valores:

I - R\$ 29.469,99 (vinte e nove mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e noventa e nove centavos) a partir de 1º de janeiro de 2023;

II - R\$ 31.238,19 (trinta e um mil, duzentos e trinta e oito reais e dezenove centavos) a partir de 1º de abril de 2023;

III - R\$ 33.006,39 (trinta e três mil e seis reais e trinta e nove centavos) a partir de 1º de fevereiro de 2024;

IV - R\$ 34.774,64 (trinta e quatro mil, setecentos e setenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos) a partir de 1º de fevereiro de 2025.

§ 1º É devido aos membros da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no início e no final do mandato, ajuda de custo equivalente ao valor do subsídio.

§ 2º A ajuda de custo de que trata o § 1º não será devida ao suplente reconvocato dentro do mesmo mandato.

Art. 2º Compete aos respectivos órgãos regular os efeitos decorrentes da aplicação desta Lei, cujas despesas resultantes correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 3º Fica revogado o Decreto Legislativo nº 86, de 22 de dezembro de 2010.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

(Assinaturas manuscritas)

JUSTIFICATIVA

A presente proposição visa recompor o subsídio dos membros da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins. A inflação acumulada desde a última revisão dos deputados, ocorrida em 1º de fevereiro de 2014, é de aproximadamente de 60 %, calculada pelos índices de preço IPCA e INPC do IBGE.

Este Projeto prevê, para janeiro de 2023, o reajuste dos subsídios dos parlamentares no percentual de 16,4%, bem abaixo da inflação verificada para o período. Também define acréscimos percentuais ao longo de dois anos, que espera que mantenha o valor real dos subsídios diante da inflação futura, em conformidade com o art. 37, inciso X da constituição Federal, que estabelece a revisão periódica de subsídios, de forma a garantir sua irredutibilidade.

Assim, solicitamos o apoio dos Nobres Pares pela aprovação da presente propositura, em regime de urgência.

Deputado **ANTONIO ANDRADE**

Presidente

Deputado **CLEITON CARDOSO**

1º Vice-Presidente

Deputado **JAIR FARIAS**

1º Secretário

Deputada **VANDA MONTEIRO**

3º Secretária

Deputado **LÉO BARBOSA**

2º Vice-Presidente

Deputado **VALDEMAR JUNIOR**

2º Secretário

Deputada **AMÁLIA SANTANA**

4º Secretária